

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM REDE MUNICIPAL: MUDA-SE O NOME, MANTÊM-SE AS VELHAS PRÁTICAS.

Elogio do Aprendizado

*Aprenda o mais simples!
Para aqueles cuja hora chegou
Nunca é tarde demais!
Aprenda o ABC; não basta, mas aprenda!
Não desanime! Comece! É preciso saber tudo!
Você tem que assumir o comando!*

Bertolt Brecht

Daniel de Jesus Silva

Pós Graduação em Educação do Campo (em curso). Universidade Estadual de Santa Cruz –UESC. Coordenador Cultural – Instituto de Ação Social Pela Música – IASPM.

Roseane Oliveira Rios

Mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP. Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual da Bahia.

Resumo:. Esse artigo é uma breve reflexão sobre a educação ofertada no campo pela rede municipal de Igrapiúna - Bahia, identificando as formas como as políticas conservadoras chegam e são executadas nos municípios, moldando a formação da infância e da juventude, tendo como principal consequência uma oferta da educação básica precarizada. Dentro de seus limites não dá conta de analisar a fundo o projeto, porém detecta que princípios da educação do campo na sua essência se tornam ameaçadores para governos, e por isso à medida de desmantelamento deste projeto, desde a organização nacional até chegar em redes municipais. As ideias empresariais para a educação avançam tomando corpo e um espaço maior.

Palavras chave: Educação do Campo; Hegemonia; Políticas Educacionais..

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo surgida na década de 1990, enquanto movimento aglutinador de um projeto educacional construído por seus sujeitos, a partir de suas necessidades, tem sido confundida na maioria das vezes intencionalmente, com as velhas práticas da educação rural implementadas na educação básica das redes municipais de ensino. Essas redes de ensino adotam as políticas educacionais hegemônicas, que de forma rasa propõe mudanças pouco significativas, porém, mantém na sua essência a precarização e a baixa qualidade da escolarização das crianças e adolescentes do campo.

A partir da compreensão de Antonio Gramsci de que as histórias particulares vivem somente no quadro da história mundial, esse artigo é uma breve reflexão sobre a educação ofertada no campo pela rede municipal de Igrapiúna - Bahia, identificando as formas como as políticas conservadoras chegam e são executadas nos municípios, moldando a formação da infância e da juventude, tendo como principal consequência uma oferta da educação básica precarizada, dificultando na maioria das vezes a continuidade dos estudos da juventude e comprometendo seu ingresso no ensino superior.

A utilização do conceito de hegemonia como ferramenta teórica, nos leva a uma reflexão de como o projeto educacional hegemônico busca obter o consenso das classes subalternas para a conservação das políticas a serviço dos interesses de várias frações do grande capital. (NEVES, 2012). O texto aborda ainda dois fenômenos na educação ofertada no campo no município de Igrapiúna, que mostram como os municípios seguem a orientação nacional, de um governo conservador que instituiu políticas neoliberais e retrocessos na educação, a saber: a extinção da coordenação de educação do campo do corpo da secretaria de educação e a mudança curricular que tira as disciplinas diversificadas que são ligadas à terra e implementam a disciplina empreendedorismo, a partir dos conceitos estudados no programa Jovens Empreendedores, Primeiros Passos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa - Sebrae . Ao final, breves considerações sobre essa realidade específica.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DE UMA PEDAGOGIA HEGEMÔNICA

Antonio Gramsci (1891-1937), jornalista e pensador marxista italiano, aprofundou e reformulou o conceito de hegemonia, conceito esse que nos ajuda a compreender no âmbito nacional, a relação pedagógica que se desenvolve no seio do Estado, que assume o papel de educador, capaz de adaptar o conjunto da sociedade a uma forma particular de “estar no mundo”. Segundo Neves:

O Estado educador, como elemento de cultura ativa, deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isso, esse autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico. (2005, p. 26)

Conforme Neves e Martins (2012) entende-se por pedagogia do capital as estratégias de dominação de classe, empregadas pela burguesia para obter o consentimento do conjunto da sociedade para a construção de seu projeto político. Tais estratégias na educação pública, os autores chamam de pedagogia da hegemonia. Os mesmos autores acrescentam que as estratégias da Pedagogia da Hegemonia são implementadas por intelectuais orgânicos, singulares e coletivos da burguesia, mediante políticas públicas que, de modo geral e específico, propagam o papel central das classes dominantes no ordenamento das instâncias executivas da aparelhagem do Estado no modo de produção capitalista (NEVES, MARTINS, 2012). O objetivo principal da Pedagogia da Hegemonia, prosseguindo com esses autores, é a conformação moral e intelectual do conjunto da população a um padrão de sociabilidade, ou modo de vida, que coadune com as necessidades de crescimento econômico e de coesão em cada período histórico do modo de produção capitalista.

No contexto escolar, a nova Pedagogia da Hegemonia se traduz como inovação educacional, apresentando a Pedagogia das Competências, que se encontra oficializada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que orientam as escolas públicas de educação básica de todo o país. Para garantir a implementação dessa pedagogia o empresariado brasileiro se organizou através do movimento Todos pela Educação, um educador coletivo que se tornou porta voz dos seus interesses nas políticas de governo. A partir das movimentações dos fenômenos locais, percebemos como o capital se renova, para enfrentar as questões postas pela realidade e como,

em tempos de crise usa da imposição para impedir qualquer reação da classe trabalhadora. Uma dessas reações aparece no campo, pois como forma de impedir a emancipação dos sujeitos através de sua formação coletiva, retira as condições de funcionamento de maneira a derrubar a qualidade das escolas públicas, que historicamente sofrem com o estigma de projeto de importância menor para a sociedade, mas que em um dado momento histórico passa a se organizar coletivamente em busca de direitos.

Graças a incorporação de movimentos, organizações sociais na discussão e elaboração de políticas públicas para o campo, obteve-se nos últimos 20 anos avanços no que diz respeito à educação do campo, avanços esses que se configuraram na aprovação de textos legais que orientam o acesso a programas e políticas públicas que atendem esse público, que não mais aceitam a condição de meros beneficiários e sim de construtores de seu próprio projeto educacional. Um projeto que não se descola das lutas sociais, principalmente pela conquista e permanência em seus territórios. Após o golpe em abril de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff as políticas educacionais, estão sendo desmanteladas e instaurou-se um novo ciclo de retrocessos e perdas dos parques direitos conquistados.

O modelo de sociedade neoliberal implantado no Brasil, a partir da década de 1980 tem a educação como alvo, porque busca desde então uma pedagogia que eduque para o consenso de toda a sociedade. Para isso, é necessário um Estado educador que garanta que a população partilhe as ideias dominantes, de busca do conformismo em torno dos objetivos capitalistas e que mantenham intactas as relações de exploração e exclusão que este promove.

Em 2016, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD revela a exclusão do modelo educacional brasileiro e o quanto, às ditas inovações não tem dado as respostas no que se refere à superação do analfabetismo. Os dados revelam que a população com mais de 15 anos se encontra em torno de 7,2%, ou seja, 11,8 milhões de analfabetos. Mostra ainda que entre os jovens de 14 a 29 anos 33,4% estavam empregados, mas não matriculados; que em 2016 estudavam e não trabalhavam 32,7% e os que estudavam e trabalhavam estavam os 13%. Os avanços das últimas décadas, referem-se à universalização do acesso ao ensino fundamental, mas essa universalização não oferece as bases materiais para a aprendizagem adequada. Essas bases vão desde melhoras na infraestrutura, formação e valorização dos professores e melhor organização do trabalho pedagógico.

Esses dados atestam que o modelo educacional implementado no Brasil até então tem sido excludente e não tem cumprido como afirma Frigotto (2014) o objetivo de garantir o direito social e subjetivo, do acesso universal, público, gratuito e laico ao conhecimento e ao patrimônio cultural da sociedade. Sobre o não cumprimento desse objetivo o mesmo autor afirma:

O fato da revolução burguesa não abolir a sociedade cindida em classes sociais, mas apenas produzir uma nova estrutura de classes, garantiu apenas parcialmente esse ideário, o que se afirmou é uma estrutura dual de escolarização, reservando à classe trabalhadora uma formação instrumental e de cunho adestrador. Entretanto, naquelas nações em que as relações de força entre classes e frações de classe colimaram a forma clássica de revolução burguesa a maioria dos cidadãos, mesmo de modo diferenciado, atingiu a escolaridade básica, mediação necessária da dupla cidadania. (FRIGOTO, p.01, 2014).

No Brasil, no âmbito da política nacional, a cada momento histórico são produzidas ideias pedagógicas que além de acentuar a exclusão social das classes populares, impedem a organização coletiva da população em busca de um projeto educacional verdadeiramente emancipador.

EDUCAÇÃO RURAL E AS ARMADILHAS DA MERITOCRACIA

Mediante anos de luta com avanços e retrocessos, a educação do campo está no contexto de uma operação ideológica, contrária aos seus objetivos. É importante ressaltar que esta operação, está a serviço da perpetuação e fortalecimento de uma hegemonia que busca obter o consenso das classes subalternas. No município de Igrapiúna¹, não diferente dos demais da região Baixo Sul da Bahia, há grande expressão das políticas hegemônicas implementadas nas últimas décadas. Por ser uma região rica em recursos naturais, o empresariado ali instalado, tem se interessado

¹ Segundo dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Igrapiúna, em 2012, o município contava com um total de 57 instituições escolares; dessas, 50 estavam localizadas no campo; 53 ofertam o Ensino Fundamental I; e 04 ofertam o Ensino Fundamental II. As escolas do campo estão distribuídas do seguinte modo: 01 na Comunidade Quilombola da Laranjeira; 11 na zona marítima, em ilhas (Timbuca, Contrato, Pescaria, Tubarões, Pedra Furada, Âmbar, Ponto e Anco); 02 em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e as demais nas diversas comunidades rurais e também em fazendas do município. Do total dos 4.016 educandos matriculados no município, 1.891 estavam na sede do município e 2.125 no campo. Diante disso, identifica-se uma necessidade de manutenção de escolas no campo para garantir o acesso dessa demanda.

pela educação pública, especificamente do campo e seus projetos têm se constituído como projetos orientadores de currículo escolares e formação de professores.

Desde a década de 1940 com a chegada de grupos empresariais como a Odebrecht e Michellin para a exploração da terra e demais recursos naturais, o projeto educacional hegemônico traz objetivos e conceitos elaborados, a partir de uma visão empresarial com o intuito de moldar a formação da população, principalmente do campo de acordo aos seus interesses. Ao contrário da Educação do Campo, esse modelo educacional denominado de educação rural sempre foi instituído pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade. A educação rural desempenhou o papel de inserir os sujeitos do campo na cultura capitalista urbana.

As reflexões desse artigo partem da preocupação com a oferta da educação básica e especificamente com as redes municipais, pois são responsáveis por duas etapas importantes a Educação Infantil e Ensino Fundamental com suas diversas modalidades, além de realizar a formação dos educadores que atuam com esse público. É na educação básica que se materializa os projetos educacionais dominantes que desde a terna infância vem carregada de conceitos conservadores que moldam o pensamento de uma parcela da população.

No contexto das políticas educacionais do município acima citado, em 2018, dois anos após o golpe, percebem-se duas ações concretas que trarão consequências na formação dos educandos: a extinção da coordenação de políticas educacionais do campo e a reformulação curricular, introduzindo a disciplina Empreendedorismo na parte diversificada do currículo.

A criação da coordenação das políticas educacionais do campo havia se constituído como uma conquista para o campo, pois além de um acompanhamento às escolas que são maioria no município, das 57 unidades existentes, 50 estão no campo, era responsável pela formação específica dos educadores que em sua maioria, não tiveram nos cursos de graduação uma preparação específica para lidar com as especificidades deste público. A extinção da coordenação do campo na rede se configurou um retrocesso, porque a especificidade do campo tem sua força principalmente na possibilidade de diálogo com os sujeitos do local sobre suas necessidades, já que,

(...) Foi exatamente isso que produziu a diferenciação da educação do Campo da histórica educação rural: o protagonismo dos movimentos sociais nas negociações de políticas educacionais, postulando nova concepção de educação que incluísse suas cosmologias, lutas, territorialidades, concepções de natureza e família, arte, práticas de produção, bem como a organização social, o trabalho, dentre outros aspectos locais e regionais que compreendem as especificidades de um mundo rural. (Kolling e Molina, 1999)

A educação, o acesso e permanência na instituição escolar é um direito de todos e todas, garantido pela constituição nacional, e as modalidades são resultados da articulação de lutas dos que foram historicamente excluídos. No caso da Educação do Campo, o direito às especificidades estão garantidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, um instrumento legal, acompanhado de lutas coletivas.

Junto a extinção da coordenação houve no município uma reformulação curricular, que também extinguiu da parte diversificada do currículo dos anos finais do Ensino Fundamental as disciplinas ligadas à cultura e o trabalho com a terra e as substitui pela disciplina Empreendedorismo, que teve suas ementas elaboradas a partir dos conceitos trabalhados no programa Jovens Empreendedores Rurais do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa - SEBRAE.

A adesão ao programa é feita através da secretaria municipal de Educação junto ao SEBRAE, onde é negociada a parceria e a realização da capacitação do professores que tem duração de 45 horas. O programa atende o Ensino Fundamental tanto nas séries iniciais, como finais. Nos anos de 2016 e 2017 o programa foi ofertando dentro da carga horária das disciplinas, o que deixou alguns educadores insatisfeitos por tomar o tempo de aula de disciplinas, prejudicando os educandos em sua formação. Dessa forma, para solucionar a questão, foram retiradas do currículo da parte diversificada, as disciplinas que estavam ligadas à terra como Identidade e Cultura, Saberes da terra, sendo que essas foram substituídas por Empreendedorismo.

Essa reformulação curricular atesta a influência dos princípios educacionais do empresariado na formação de professores e educandos. Seja qual for o momento histórico, o Estado capitalista, renova suas formas de moldar a formação da classe trabalhadora. Em alguns momentos e locais de forma disfarçada, em outros de forma clara, sem preocupação de esconder seus interesses.

Trabalhar o empreendedorismo como disciplina na escola fortalece a moralidade individual e social da meritocracia de os que vencem são os melhores. Fortalecer o princípio da meritocracia em um país que concentra riquezas nas mãos de poucos e aumenta os dados da exclusão é tornar a escola pública um espaço que reforça a injustiça com os filhos e filhas que não tem igualdade de oportunidades.

Falar em meritocracia, na realidade de sérias dificuldades que as crianças do campo enfrentam para estudar é uma forma de tirar a responsabilidade do Estado na garantia da permanência das crianças na escola com qualidade e transferir para as próprias crianças e suas famílias. Ainda com projetos urbanos deficitários que são transferidos para o campo sem dialogar com as realidades e sem considerar as necessidades, as crianças das redes municipais do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia, região onde o município de Igrapiúna está localizado, ainda estuda em prédios de infraestruturas precárias. O descolamento para estudar mesmo que seja intracampo, é feito em péssimas condições, pois os longos períodos chuvosos necessitam de constante manutenção das estradas, o que ocorre precariamente; e principalmente o calendário, que apesar de ser garantido na LDB a possibilidade de flexibilidade na elaboração, para amenizar os prejuízos em aulas nos dias chuvosos, é um assunto muito discutido e principalmente pautado por educadores e comunidades, porém há uma dificuldade da proposta ser colocada em prática.

Outro fator que tem preocupado no município é o deslocamento de professores da cidade para ensinar no campo, que nos últimos anos tinha diminuído com os contratos temporários de educadores locais, nos dois anos tem se colocado como um problema. O calendário oficial começa antes na cidade enquanto no campo ainda estão organizando as contratações de transporte. O tempo de estudo da criança e jovem do campo é menor, pois as aulas terminam mais cedo, a maioria dos municípios a aulas terminam em 30 de novembro. Apenas observando o calendário, percebe-se que o tempo escolar das crianças do campo é menor que da sede dos municípios. Sem contar os dias de chuva que impede que o transporte escola vá às comunidades mais longe.

Diante do breve relato de parte dos problemas que as crianças do campo enfrentam para estudar, percebe-se claramente que a contenção do avanço da escola do campo se configura na inviabilização de uma educação que seja contestadora do modo de produção capitalista.

A história da estrutura e organização escolar no Brasil reflete as condições socioeconômicas do país, mas revela, sobretudo, o panorama político de determinados períodos históricos. Há uma

preocupação de copiar e implementar os modismos, nos municípios e a substituição apenas nos termos rural para campo nas redes municipais camufla as velhas práticas conservadoras através de um discurso mais progressista sobre a importância do homem e da mulher do campo para a sociedade.

Essa ideia de vencer na vida, pela ideologia do mérito e do espírito de servidão, perpassa todo o projeto educacional do capital, pois coloca sobre o indivíduo a responsabilidade em torno de suas conquistas e de seus fracassos. O desenvolvimento de habilidades e competências pressupõe que os indivíduos que se esforcem e se dediquem serão promovidos, numa espécie de autopromoção pelos esforços empreendidos. Frigotto (1983).

Em se tratando de educação, percebe-se que o lugar que o camponês e o próprio campo representavam na estrutura capitalista brasileira não necessitava inicialmente, de políticas públicas, porque o campo era visto apenas como local de exploração.

Essa formação social não exige uma qualificação da força de trabalho, ocasionando até certo desprezo, por parte das elites, em relação ao aprendizado escolar das camadas populares, principalmente dos camponeses. (RIBEIRO, 2012, p. 279).

A educação rural concebida como educação destinada à população agrícola, constituída por todas aquelas pessoas, para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento, vem desde sua origem associada à perda da autonomia dos agricultores, impondo um conhecimento estranho à tradição e dinâmica da vida camponesa. Ribeiro (2012).

Mas segue a resistência e as tentativas de contra-hegemonia dos movimentos sociais que seguem sendo o sal da terra e as resistências de educadores que se tornaram sujeitos emancipados e ainda fazem da sala de aula um espaço fértil para transformação das consciências.

Esse artigo, dentro de seus limites não dá conta de analisar a fundo o projeto. Porém traz duas questões importantes. Os princípios da educação do campo na sua essência se tornam ameaçadores para governos e por isso a medida de desmantelamento dos departamentos desde a organização nacional até chegar em redes municipais, é inevitável nesse contexto de desmantelamento das políticas educacionais. As ideias empresariais para a educação avançam tomando corpo e um espaço maior.

É consenso entre a maioria da sociedade brasileira que a oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade deve estar entre as prioridades dos governos. Grupos de educadores e organizações de trabalhadores têm, ao longo do tempo, empunhado plataformas de luta para garantir melhorias na educação, já que a ampliação da oferta não significou um avanço na qualidade; pelo contrário, essa oferta vem sendo marcada pela precarização do ensino, sobretudo aquele voltado para as camadas mais pobres da sociedade. Como a educação do campo tem um vínculo com sujeitos produtores de direitos, os movimentos sociais especificamente, não há espaço nas secretarias de educação que fazem pactos com a pedagogia hegemônica. Nos últimos 20 anos de luta, alguns dados sobre a educação do campo foram reconfigurados, porém no pós-golpe já é nítido nas redes municipais o retorno dos instrumentos que inibem os avanços dessas lutas.

A educação do campo enquanto projeto popular para além da escola transformada em 2004 em modalidade de ensino buscando aproximar as escolas do campo das concepções teóricas e abordagens práticas, porém o que se percebe é uma distorção do que é educação do campo e quando essa aproximação se torna ameaçadora para o poder local, ela passa a ser eliminada dos currículos. Quando passa a ser materializada em termos de compreensão da proposta por parte da rede, ela é massacrada. Sobre as ameaças que a Educação do Campo representa para o sistema capitalista Arroyo (2012) afirma:

Esses sujeitos, ao se afirmarem sujeitos políticos e de políticas, exigem que as pesquisas, análises e políticas superem pontos de vista predeterminados e se deixem interrogar pelas tensões, lutas, ocupações, pelas disputas de projetos antagônicos de campo em que se enredam projetos de educação que contestam teorias epistemológicas e pedagógicas. Do campo vem pressões por outra imaginação sociológica e epistemológica, política e crítica para o pensamento educativo. Por outra hierarquia de relevâncias teóricas e políticas no próprio campo da educação. Outras Pedagogias. (Arroyo, p. 2012).

As ideias pedagógicas hegemônicas no município são as da educação para o desenvolvimento e formação empreendedora para superar esse desenvolvimento. Isso mascara a histórica concentração de terras, das riquezas naturais do desemprego com falsa premissa de que a população não está empregada porque não se desenvolveu educacionalmente.

A educação rural concebida como educação destinada à população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento, afirma Ribeiro (2012), vem desde sua origem associada à perda da autonomia dos agricultores, impondo um conhecimento estranho à tradição e dinâmica da vida camponesa. Foi um modelo implementado como afirma os estudos de Calazans (1993) não como uma preocupação com a formação dos trabalhadores do campo e, sim, porque a evolução das estruturas sócio agrárias do país obrigou a classe dominante do campo a, minimamente, se preocupar com algumas mudanças, como, por exemplo, a construção de escolas em seus domínios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve escrito aponta para a necessidade do aprofundamento sobre a implementação das políticas educacionais nas redes municipais, pois ofertam etapas importantes da educação básica e vem promovendo um processo de negação de uma qualidade na oferta da educação, principalmente no campo. É necessário que as políticas educacionais contemplem suas bases e superem o crônico analfabetismo que insiste em permanecer no cenário brasileiro mesmo diante dos avanços tecnológicos que o país tem experimentados nas últimas décadas.

O trabalho educativo que se processa, com avanços e retrocessos são produtos de condições históricas que sofrem por um lado, determinações do passado e por outro das ações no presente. Por mais que o projeto educacional hegemônico confunda a população mascarando dados e desviando atenção para a não compreensão das causas sociais que refletem o fracasso educacional, é possível ainda com organização coletiva apontar outra perspectiva, desenvolvendo a contra- hegemonia, como é o caso do movimento por uma Educação do Campo.

Há uma construção de concepções por parte do empresariado tanto urbano como rural, não valorizando as rupturas e sim as continuidades. É o caso do que acontece nas redes municipais, que passaram a utilizar o termo Educação do Campo em seus programas, porém o que se constata são as velhas práticas da educação rural.

O futuro precisa emergir do passado. As classes dominantes precisam estabelecer uma visão hegemônica sobre as causas da crise, para em seguida indicarem, alternativas para sua superação,

sem que com isso rompa com as relações estruturais de produção-acumulação de mais valia. Ou seja, os seus projetos educacionais servem como um braço para construir um discurso científico, político e filosófico que dê conta do passado e que convença as classes sociais a serem participes na construção de um novo estágio do capitalismo.

Mas é preciso assumir o comando e fomentar nos espaços educacionais a necessidade de desvendar a realidade e identificar as reais causas do descaso com a educação pública. Educadores, educandos, famílias e demais entidades que ainda veem na educação uma possibilidade de emancipação humana, necessitam assumir o comando, pois se a escola é tão importante para a burguesia como instrumento de veiculação de seus objetivos, de certo será para as classes subalternas um instrumento de contra-hegemonia, mas para isso é preciso assumir o comando nos espaços de diálogo que ainda estão abertos.

REFERÊNCIAS

ARROYO. M. G. A Educação nas Disputas por Projetos de Campo. In: Dossiê Trabalho e Educação: Diversidade e Lutas Sociais no Campo. v. 21 n. 3 (2012).

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural (traços de uma trajetória). In: THERREIN, Jacque e DAMANCENO, Maria nobre (Orgs). Educação e Escola no campo. São Paulo: Papirus, 1993, p. 15-40.

KOLLING, Edgar Jorge, Nery-FSC; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) Por uma Educação Básica do Campo: memória. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº1).

FRIGOTTO, G. Efeitos Cognitivos da Escolaridade do SENAI e da Escola Acadêmica Convencional -Uma pedagogia para a classe social? Rio de Janeiro, julho de 1997.

____Fazendo pelas Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador. O trabalho como elemento pedagógico na educação profissional. Caderno de Pesquisa (47). p. 38-45, 1983

____Educação básica no Brasil: entre o direito subjetivo e o negócio. Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Alagoas, 2014. . Acessado em <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/37724>

MARTINS. A. S. Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. 2007.

____NEVES L. M. W. Pedagogia do Capital. In: FRIGOTTO, G. et al (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). A nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar para o consenso. São Paulo: Xamã, 2005

RIBEIRO, M. Educação Rural In: FRIGOTTO, G. et al (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde.

RIBEIRO, Marlene. Movimento Camponês. Trabalho e Educação: Liberdade, Autonomia, Emancipação: Princípios/fins da formação. – 1ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.